



Consulta técnica avaliará risco de apagão da TV aberta no Brasil



Pedro Franco/Agência Senado

Reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, presidida por Dom Orani João Tempesta (ao fundo)

Conflito no compartilhamento da faixa de 700 megahertz entre a telefonia 4G e a TV em UHF pode inviabilizar o acesso dos telespectadores aos canais de TV aberta

O Conselho de Comunicação do Congresso Nacional decidiu fazer uma consulta a especialistas sobre o tema, que foi priorizado com a possibilidade de o governo antecipar o desligamento da TV analógica, previsto para 2016.

Ontem, também foram distribuídos às cinco comissões temáticas do conselho mais de 200 projetos de lei e propostas de emendas constitucionais. Entre eles, os que tratam do Marco Civil da Internet e da regulamentação do artigo 220 da Constituição. **3**

Petrobras recebe homenagem pelo aniversário de 60 anos 8

Comissão volta a analisar fim do voto obrigatório 2

Paim quer regulamentar cruzeiros marítimos 6

Ativista aponta educação como arma contra trabalho infantil

Indicado ao Nobel da Paz de 2006, o indiano Kailash Satyarthi alertou o Brasil

para o risco do aumento da prostituição infantil na Copa e nas Olimpíadas. **7**



José Cruz/Agência Senado

O ativista Kailash Satyarthi conversa com o senador Cristovam Buarque



Waldemir Baretto/Agência Senado

Vaqueiros de vários estados acompanharam no Plenário do Senado a votação de proposta que regulamenta a profissão

Projeto reconheceu valor dos vaqueiros

Embora os primeiros registros da profissão no Brasil datem de 1549, apenas no mês passado os vaqueiros conseguiram a

regulamentação da atividade. Essenciais à economia do país, eles também têm presença forte na cultura, de Norte a Sul. **4 e 5**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013



Secom — Criação e Marketing

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Voto facultativo volta a ser debatido em comissão

Autor e relator da proposta de emenda à Constituição consideram que brasileiros não precisam ser obrigados pela lei a cumprir o dever de votar. Colegiado rejeitou texto semelhante na semana passada

UMA SEMANA APÓS rejeitar proposta de emenda à Constituição (PEC 55/2012) de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que acabava com o voto obrigatório, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB), volta a discutir o tema, amanhã. O apelo foi feito por Alvaro Dias (PSDB-PR), autor da PEC 14/2003, que transfere da Constituição para lei ordinária a definição sobre obrigatoriedade do voto e do alistamento eleitoral.

O senador acredita que os brasileiros estão prontos para o voto facultativo e não precisam mais de imposição legal para cumprir a obrigação eleitoral. Relator da PEC 14/2003, Francisco Dornelles (PP-RJ) concorda que “já é hora de adotar o voto facultativo”.

“A decisão sobre o voto deve competir a cada cidadão, de acordo com a sua consciência e as suas convicções políticas”, considerou Dornelles no relatório favorável à proposta.

Dornelles e Alvaro divergem,



Proposta de Alvaro Dias será analisada na CCJ, presidida por Vital do Rêgo

entretanto, na forma de implementação da medida. Enquanto o autor da PEC desloca a decisão para lei ordinária, o relator elaborou um substitutivo que estabelece o voto e o alistamento eleitoral como facultativos no próprio texto constitucional.

Um ano depois

O substitutivo apresentado por Dornelles deixa expresso o impedimento legal para alistamento dos menores de 16 anos como eleitores. Atualmente, a

Constituição reconhece o voto como facultativo para brasileiros analfabetos, maiores de 70 anos e os que têm entre 16 e 18 anos.

Por fim, o relator recomenda que as medidas aprovadas sejam aplicadas nas eleições realizadas um ano após a entrada em vigor da proposta. Se a PEC for acolhida pela CCJ, terá de passar, em seguida, por dois turnos de votação no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

PT aceita votar minirreforma eleitoral

O líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE), disse que a prioridade do governo é a medida provisória que criou o Programa Mais Médicos. Para que a votação ocorra, o PT abriria mão de obstruir a votação da minirreforma eleitoral (PL 6.397/2013). Guimarães participou de reunião

no Palácio do Planalto com líderes da base governista e a presidente da República, Dilma Rousseff.

Nas tentativas anteriores de votar o PL 6.397/2013, o PT, o PSB, o PDT, o PCdoB e o PSOL, com apoio de outras legendas, como o PR, obstruíram os trabalhos. Eles defenderam

uma reforma política ampla em vez de alterações que consideram pontuais nas regras de campanha. Já o PMDB, na semana passada, ameaçou obstruir a sessão em que deve ser analisada a MP do Mais Médicos caso a minirreforma não seja votada.

(Da Agência Câmara)

Rodrigo Rollemberg saúda filiação de Marina Silva ao PSB



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou ontem que a decisão da ex-senadora Marina Silva de filiar-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi um gesto de grandeza e compromisso com uma nova forma de fazer política. Para Rollemberg, a ex-senadora buscou um caminho com o objetivo de acabar com a velha polarização política no país.

O senador afirmou que a aliança entre a Rede Sustentabilidade e o PSB tem por compromissos manter e avançar as conquistas da população nos últimos anos, ampliar os instrumentos de participação do povo e defender o desenvolvimento sustentável.

Para Vital, Constituição representa recusa ao regime de arbítrio

Vital do Rêgo (PMDB-PB) comemorou os 25 anos da Constituição, para ele, “o mais importante ato da democracia brasileira” neste período. O parlamentar afirmou que a Lei Maior “representa a recusa horrorizada da nação contra o regime de arbítrio”.

O senador disse ser inegável que o Brasil, hoje, “é mais civilizado, mais solidário, institucionalmente mais maduro, política e economicamente mais estável e socialmente mais justo do que era há 25 anos”.

— Grande parte desse saldo podemos debitar na conta da Constituição — afirmou.

Vital citou avanços obtidos pela Carta de 1988, entre eles, a demarcação de terras indígenas e o salário mínimo nacional unificado.

Vanessa pede mais verbas para sistema de contraespionagem



Ao comentar uma reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, sobre interceptações de comunicações do Ministério de Minas e Energia pela agência de espionagem do Canadá, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência.

— Nós, que participamos da CPI [da Espionagem], temos que apontar propostas de defesa e segurança, seja da nação, seja das empresas, seja do povo.

Para ela, a dotação orçamentária da recém-criada Secretaria de Inteligência e Defesa Cibernética é insuficiente para as necessidades da pasta.

Senado reduz gasto com impressão de documentos

A redução de gastos do Senado chegou aos avulsos da ordem do dia (impressos dos projetos que serão votados no Plenário), ao *Diário do Senado* e ao *Diário do Congresso Nacional*.

Segundo a Gráfica do Senado, em 2010 foram impressos 431 mil avulsos da ordem do dia, número que caiu para 285 mil em 2012. Quanto aos diários, passaram de 29 mil exemplares para 13 mil.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, disse que a redução deve continuar.

— Alguns setores já não requisitam mais a ordem do dia

impressa. A nossa intenção é, aos poucos, criar essa cultura em outros setores e reduzir mais ainda a tiragem diária.

Segundo o diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários, Rogerio de Castro Pastori, os diários estão passando por um processo de modernização, com mudança no leiaute, na tipologia e até no corte das folhas.

— Além de gerar economia de papel, a leitura dos diários ficará mais agradável com a modernização, que está em fase de conclusão — explicou Pastori.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MP da cana-de-açúcar

14h Tem prioridade de votação a Medida Provisória 624/2013, que destina R\$ 1,5 bilhão para os municípios e R\$ 148 milhões para o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste.

PRESIDÊNCIA Jovem Senador

10h30 Renan Calheiros anuncia os três primeiros colocados no concurso de redação do Projeto Jovem Senador; às 11h, recebe o vice-presidente do Banco do Brasil Osmar Dias; às 12h, assina com ministro Guilherme Afif Domingos (Micro e Pequena Empresa) acordo de cooperação técnica; às 14h30, abertura de evento Fortalecimento da Governança Pública, do TCU; e às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Interesse público

8h30 Projeto em análise na Comissão de Meio Ambiente estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público.

CCT Forças Armadas

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática promove audiência pública sobre atividades de pesquisa e investimentos nos centros de tecnologia das Forças Armadas.

SENADO DO FUTURO Pacto federativo

9h30 A Comissão Senado do Futuro se reúne para apreciar proposta do senador Cristovam Buarque de realização de audiência pública sobre pacto federativo.

CAE Reforma do ICMS

9h45 A comissão analisa a indicação de Fernando Azevedo e Silva para presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO). Às 10h, debate a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais, com a participação, entre outros, do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira.

CE Plano Nacional de Educação

10h Comissão promove audiência pública para instruir projeto que aprova o Plano Nacional de Educação.

CAS Aposentadoria especial

11h Projeto que concede aposentadoria especial para trabalhadores da construção civil em debate na Comissão de Assuntos Sociais.

CCJ Orçamento impositivo

14h30 Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo.

SEGURANÇA PÚBLICA Financiamento

15h Reunião de trabalho da comissão destinada a propor soluções para o financiamento da segurança pública.

CMO Diretrizes orçamentárias

15h/18h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para análise do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, entre outros itens.

LANCAMENTO Ética e Política

18h Lançamento do livro *Ética e Política*, de autoria do ex-senador Roberto Saturnino Braga, na Biblioteca.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, audiência pública da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segundo a conselheira Liliana Nakonechnyj, há risco da chamada tela preta na TV aberta em razão do compartilhamento da faixa de 700 megahertz com a tecnologia 4G



Fernando Cesar Mesquita, vice-presidente, e dom Orani Tempesta, na reunião de ontem do CCS: chegada do 4G traz risco

Conselho fará consulta sobre “apagão analógico”

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) do Congresso fará uma consulta técnica sobre o processo de apagão analógico da televisão no Brasil com o compartilhamento da faixa de frequência de 700 megahertz entre os canais de TV aberta (UHF) e a telefonia de banda larga 4G.

Segundo avaliação da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), é provável que, com a entrada da tecnologia 4G da telefonia móvel, ocorra interferência no sinal,

causando a chamada tela preta e, assim, inviabilizando o acesso dos telespectadores aos canais de TV aberta. O alerta foi feito pela conselheira Liliana Nakonechnyj, defendendo que o CCS priorize o assunto.

O prazo final para o desligamento da TV analógica no país seria 2016, mas o governo pode promover a licitação no final deste ano. Segundo especialistas, na transição para o sistema digital, os telespectadores que não possuem conversor ou aparelho de TV

digital e antena de UHF para receber o sinal podem ficar prejudicados.

O tema está na pauta da Comissão de Tecnologia de Comunicação do conselho. Para a consulta técnica, serão convidados representantes do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da SET. A sugestão é do conselheiro Alexandre Kruehl Jobim, que apontou a necessidade de mais esclarecimentos sobre o assunto.

Marco Civil da Internet ganha prioridade na pauta do colegiado

Outra decisão do Conselho de Comunicação Social ontem foi a distribuição de mais de 200 matérias legislativas entre as 5 comissões temáticas do conselho. São projetos de lei e propostas de emendas à Constituição que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados, tratando de assuntos ligados à comunicação social.

Ficou acertado ainda que, no dia de reunião do conselho — regimentalmente a primeira segunda-feira do mês —, a parte da manhã será reservada ao trabalho interno das comissões e a tarde para as reuniões do órgão.

Um dos temas que ganhou prioridade do conselho foi o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011), do Poder Executivo, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. O projeto tramita na Câmara.

Entre os pontos polêmicos, estão o da neutralidade de redes; o que impediria a discriminação, pelos operadores, dos diferentes

tipos de conteúdos, serviços e aplicações; o modelo de responsabilização dos provedores sobre material impróprio disponibilizado por terceiros; e a privacidade dos usuários.

O conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto na Constituição. O órgão é responsável por elaborar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso a respeito do capítulo da Constituição sobre comunicação social.

O conselho é formado por 13 integrantes, sendo 3 representantes de empresas de comunicação, 4 representantes dos trabalhadores, 5 da sociedade civil e 1 engenheiro. É presidido por dom Orani João Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, e o vice-presidente é o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

A próxima reunião do grupo ficou marcada para 4 de novembro.

Artigo da Carta Magna sobre comunicação será regulamentado

A regulamentação do artigo 220 da Constituição, que trata da comunicação social, também foi incluída entre as próximas tarefas do CCS. A ideia inicial, defendida pelo vice-presidente, Fernando Cesar

Mesquita, e depois apresentada pelo jornalista Celso Schröder, era a criação de comissão para analisar as matérias legislativas e elaborar o regulamento.

Por consenso, o conselho acolheu sugestão de Miguel

Ângelo Cançado e incorporou à comissão de marco legal regulatório do setor a missão de sistematizar as propostas. Fernando Cesar Mesquita sugeriu a elaboração de uma metodologia para organizar a

análise das mais de 60 iniciativas legislativas.

— É preciso estabelecer alguma norma, ou forma de trabalho, para a comissão do marco regulatório, já que ela acrescentou uma

responsabilidade grande agora — observou Mesquita.

Para ele, um anteprojeto do CCS para o Congresso será uma contribuição objetiva, levando em conta a lentidão do processo legislativo.

Economistas debatem gastos sociais

Os economistas ouvidos ontem em audiência pública da Subcomissão Permanente dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), saudaram os gastos sociais do governo, mas salientaram o desafio que as contas públicas apresentam para as políticas de investimento do país.

A necessidade de aumento da produtividade foi reiterada pelo professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Ellery, que lembrou que todos os países com uma rede de proteção social aprimorada tiveram que financiar o aumento desses gastos por meio da elevação da produtividade. Para ele, o Brasil tem investido pouco em comparação com os vizinhos da América Latina e em face da condição de país em desenvolvimento.

Ellery considera a educação como fator central na agenda econômica, mas criticou o



Mansueto Almeida e Roberto Ellery durante audiência sobre a economia brasileira

problema estrutural da qualidade do gasto no setor. Para ele, a ampliação do orçamento em educação não tem revertido em qualificação da população para o mercado de trabalho.

Representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Mansueto Almeida chamou a atenção para a discrepância entre a renda média no país e a carga tributária “de país desenvolvido”. Segundo as estatísticas que apresentou, o gasto público no Brasil, incluindo os juros, se eleva a 40% do PIB — a média

na América Latina é de 25%.

Ele ainda avaliou que a fase de “bônus demográfico” não tem revertido em aumento da poupança interna, o que fará o país depender cada vez mais da captação de recursos externos para fazer frente ao aumento dos gastos decorrentes do envelhecimento da população.

Presidente da subcomissão, Cristovam Buarque (PDT-DF) contrastou os depoimentos dos economistas com a “euforia” das autoridades governamentais diante do cenário econômico.

Acordo entre Senado e Executivo beneficia pequenas empresas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro Guilherme Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, assinam hoje acordo por meio do qual assembleias legislativas e câmaras municipais terão acesso facilitado às informações sobre esse setor empresarial. Será lançada cartilha com normas, procedimentos

e exemplos de projetos de lei.

A secretaria quer aproveitar a rede já montada pelo Programa Interlegis com câmaras e assembleias para atingir deputados estaduais e vereadores, responsáveis pela implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Um dos objetivos é facilitar a abertura de empresas.

Alvaro: governo não pode usar dinheiro de depósito judicial

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o uso que o governo faz dos depósitos judiciais para cumprir a meta fiscal. Para o senador, usar os recursos para evitar a deterioração das contas públicas e o rebaixamento da nota do Brasil concedida pelas agências de classificação de risco é uma manobra de “criatividade contábil”.

— Considero o governo

desrespeitoso e desavergonhado — disse.

Os depósitos judiciais, feitos por contribuintes em disputas com o fisco, vão para a conta do Tesouro. Se o contribuinte vencer, recebe-os de volta. Para o senador, o uso dos depósitos para “engordar” as contas públicas é uma “manobra espúria” — o dinheiro não pertence ao Tesouro, mas ao contribuinte.

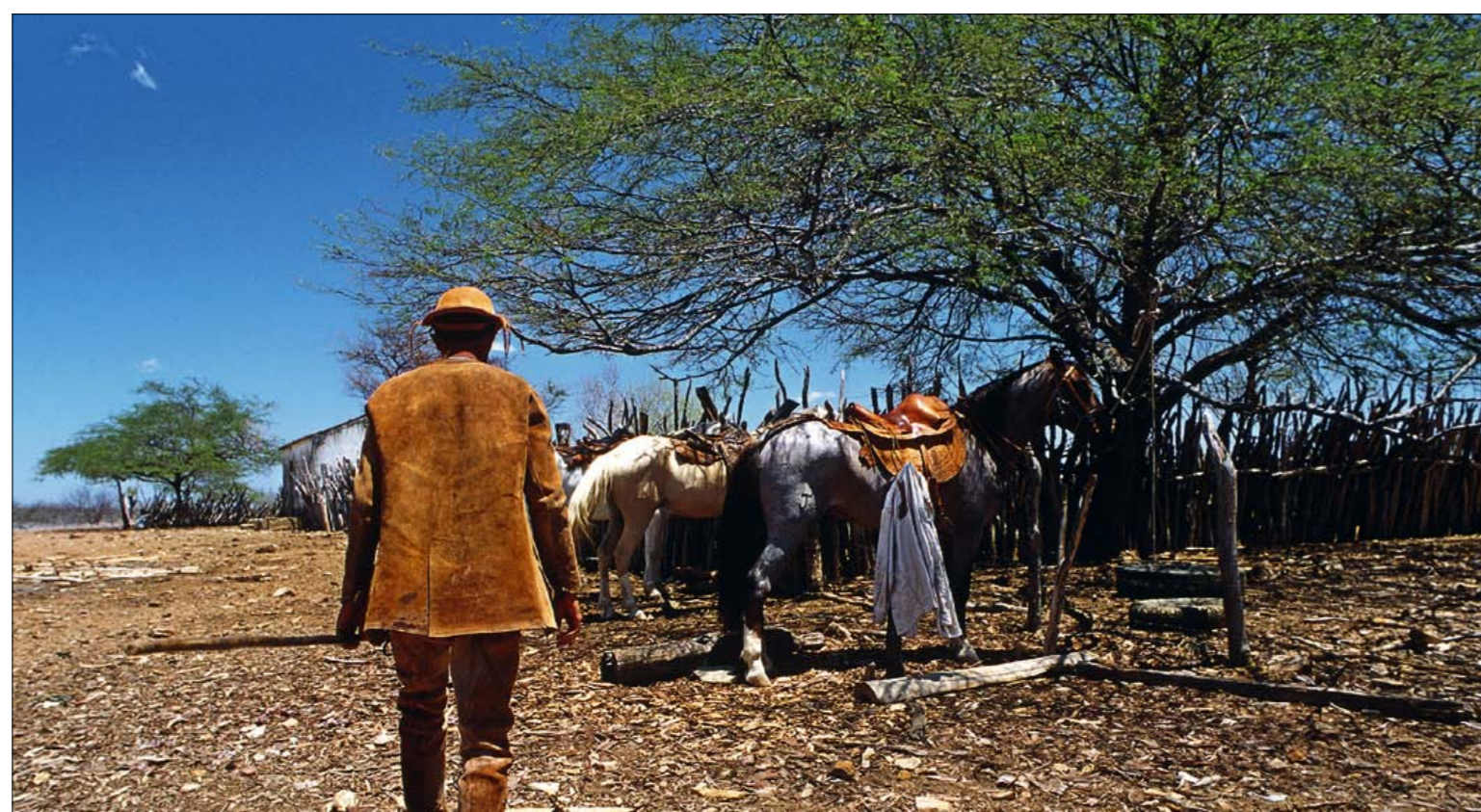
Registros da atividade de vaqueiro remontam a 1549. Profissionais do manejo de rebanhos, personagens sempre presentes na música e na literatura, desempenham papel importante na produção econômica e têm agora a profissão regulamentada

Vaqueiros ganham reconhecimento

Janaina Araújo e Pedro Pincer

OS VAQUEIROS DO Nordeste que compareceram à sessão do Senado de 24 de setembro em que foi aprovada a regulamentação da profissão representam apenas parte do contingente dos profissionais que vivem em todo o Brasil. Responsáveis pelo trato, manejo e condução de animais como bois, búfalos, cavalos, mulas, cabras e ovelhas, conforme define o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 83/2011, aprovado pelos senadores e enviado à sanção, esses trabalhadores rurais agora têm regras para exercer as atividades.

A proposta define que a contratação dos serviços de vaqueiro é de responsabilidade do administrador — proprietário ou não — do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação. Entre as atribuições do vaqueiro enumeradas na nova lei, estão a ordenha, a alimentação e os cuidados da saúde dos animais, além do treino e do preparo para eventos culturais e esportivos, garantindo que não sejam submetidos a atos de violência. Outros cuidados são a manutenção das instalações dos animais e o cultivo para produção das rações que eles consomem.



Vaqueiros que trabalham no semiárido nordestino usam vestimentas típicas, feitas de couro espesso, para se proteger dos espinhos da vegetação da Caatinga

Uma emenda ao projeto feita na Câmara, onde foi apresentado em 2007 pelos ex-deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte, tornou obrigatória a inclusão de seguro de vida e de acidentes em favor do vaqueiro nos contratos de serviço ou de emprego. De acordo com Paulo Davim (PV-RN), que relatou o projeto no Plenário do Senado, a medida desagradava tanto vaqueiros — por representar um prejuízo para a categoria na medida em que dificultava as

contratações — quanto pequenos e médios produtores. Para que a proposta não voltasse à análise dos deputados após os senadores suprimirem a emenda, Davim sugeriu que os líderes pedissem à presidente da República o veto à exigência.

Correção histórica

Davim observou que a regulamentação da profissão de vaqueiro é uma correção histórica a uma categoria que nos últimos séculos apenas

consolidou a riqueza dos pecuaristas e serviu de inspiração para música e literatura.

As regras claras que agora regem o trabalho com animais em propriedades rurais contemplam até mesmo a necessidade de proteger os trabalhadores contra acidentes e (ou) doenças ocupacionais, como salientou Cyro Miranda (PSDB-GO) na aprovação do projeto de lei pelo Senado.

Lídice da Matta (PSB-BA) ressaltou que, segundo o

antropólogo Washington Queiroz, data de 1549 o primeiro registro oficial de pagamento pela lida com gado. Segundo ela, a aprovação da proposta está atrasada 464 anos e é um reconhecimento indispensável à figura do vaqueiro. A senadora também mencionou a importância dos vaqueiros em momentos históricos da vida nacional, como a Guerra de Canudos e o 2 de Julho na Bahia, e na expansão das fronteiras do país.

Profissão se moderniza sem perder importância

A importância dos vaqueiros e peões de boiadeiro para a economia nacional fica evidente na análise dos números dos rebanhos brasileiros (*veja quadro*). São esses personagens os principais responsáveis pelo manejo direto dos animais, que fazem do Brasil o líder mundial em exportações de carne bovina, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, conforme informa o volume 38, de 2010, da pesquisa *Produção da Pecuária Municipal*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A participação da agropecuária em 2010 no produto interno bruto (PIB) do Brasil foi de 5,8%, movimentando

R\$ 180 bilhões na economia nacional. O país exportou cerca de 17% da carne bovina e 26% da carne de frango produzidas em 2010 e é o quarto maior exportador mundial de carne suína. O documento do IBGE também revela que, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil é o segundo maior produtor mundial de carne bovina (atrás somente dos Estados Unidos), o terceiro produtor de carne de frango, o quinto produtor de carne de porco e tem a sexta maior produção de leite de vaca.

Um novo panorama na discussão da regulamentação da profissão de vaqueiro é ainda



Boiadeiro gaúcho se prepara para laçar rês: tradições semelhantes do Norte ao Sul

despertado na análise feita pelo consultor legislativo do Senado Humberto Formiga. Referindo-se ao universo nordestino, Formiga afirmou que, hoje, a figura tradicional do vaqueiro está descaracterizada devido à evolução dos mecanismos de condução dos rebanhos e a uma nova

configuração latifundiária, com a subdivisão das propriedades rurais. Segundo ele, a realidade do sertão é hoje de homens motorizados tangendo rebanhos, que são criados em pequenas propriedades.

— A figura do boi-fujão sendo dominada pelo vaqueiro típico atualmente cedeu lugar

Brasil no campo

- ▶ Líder mundial em exportações de carnes bovina e de frango
- ▶ Segundo maior produtor de carne bovina
- ▶ Terceiro maior produtor de carne de frango
- ▶ Quarto maior exportador de carne de porco
- ▶ Quinto maior produtor de carne de porco
- ▶ Sexto maior produtor de leite de vaca
- ▶ Agropecuária responde por 5,8% do PIB brasileiro, contra 26,8% da indústria e 67,4% dos serviços

Atividade tradicional inspira compositores e sonhos

O termo “vaqueiro”, no Nordeste, designa não só o profissional que cuida de rebanho de gado, mas também o representante de uma cultura riquíssima, marcada pela indumentária de couro, o berrante e o aboio, indispensáveis a quem se dedica a essa arriscada atividade.

O mais ilustre vaqueiro é Raimundo Jacó, primo de Luiz Gonzaga, que morreu em Serrita (PE) durante uma briga de foice com um companheiro que invejava sua competência e coragem, segundo a lenda. O Rei do Baião, além de compor a canção *A Morte do Vaqueiro*, também criou, com o padre João Cândia, a popular *Missa do Vaqueiro*, que reúne milhares de pessoas desde 1971.

O local da celebração é o Sítio Lages, onde o corpo de Jacó foi encontrado em 18 de julho. Desde então, anualmente, no terceiro domingo de julho, vaqueiros de todo o Nordeste se encontram em romaria para renovar a fé. A celebração se assemelha a rituais católicos, com toques especiais: no lugar da hóstia, vaqueiros comungam com farinha de mandioca, rapadura e queijo, montados a cavalo. Mais de 1.500 vaqueiros participam da liturgia.

Durante a sessão que marcou a regulamentação da profissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB) mostrou outra vertente na qual a cultura do vaqueiro tem presença marcante: a poesia.

— Eu venho desde menino,

desde muito pequenino, cumprindo o belo destino que me deu nosso Senhor. Eu nasci para ser vaqueiro, sou o mais feliz brasileiro, não invejo dinheiro, nem diploma de doutor — declamou o senador, citando trechos de *O Vaqueiro*, do cearense Patativa do Assaré, verso que foi musicado por outro cearense, Raimundo Fagner, na canção *Sina (veja ao lado)*, do disco *Maneira Frufru Manera*, de 1973.

Luiz Gonzaga não retratou a rotina sofrida da categoria apenas na já citada *A Morte do Vaqueiro*. *Vida de Vaqueiro* e *Vaqueiro Vêto* estavam entre as canções com que o pernambucano de Exu, com chapéu e sanfona, levava a cultura do vaqueiro para além

dos rincões mais distantes. Obras mais recentes, como a canção *Saga de um Vaqueiro*, executada por várias bandas de forró, mostram que as histórias do povo que veste chapéu e gibão não deixaram de inspirar compositores e sonhos como o de Vital, que, em Plenário, revelou o desejo de seguir a profissão, quando criança.

— São esses os sentimentos que trago, revendo um pouco a minha infância, revendo um pouco a minha trajetória de vida. E quantos, aqui como eu, não podem falar a respeito de suas experiências? O vaqueiro, antes de tudo um homem de coragem, é um homem submetido à mais alta forma cáustica do exercício da profissão.

Condutores de gado têm características próprias em cada região do país

A expressão nordestina “vaqueiro”, adotada na regulamentação da profissão, não é a única forma de designar quem lida com animais nas zonas rurais do Brasil. Peão de boiadeiro, como é conhecido no Norte, Centro-Oeste e Sul,

também é uma referência comum. No Norte, chama a atenção o trabalho daqueles que cuidam dos rebanhos de búfalos na Ilha de Marajó. No Pantanal, existem os peões que tocam grandes boiadas com berrantes. Nos Pampas,

os boiadeiros com bombachas, ponchos e boleadeiras — tipo de arma usada para caçar animais nas pradarias do Sul. E, no Nordeste, os vaqueiros marcam presença com roupas de couro cru e curtido, de carneiro e de bode. É o único traje

de trabalho do Brasil Colônia ainda em uso, segundo o antropólogo Washington Queiroz, autor de *Histórias de Vaqueiros: vivências e mitologia*. O início do ofício, explica o estudioso, remonta às primeiras cabeças de gado que chegaram ao Brasil, em São Vicente (SP), em 1534, e no Recife, em 1535, conforme Oswald Barroso, Sebastião Ponte e Margarita Hernández.

Em 1972, o marechal Rondon definiu o boiadeiro como “comprador de gado para revender, comerciante de gado, intermediário entre os fazendeiros criadores e açougueiros”. Atualmente, segundo a pesquisa *Comitiva de Boiadeiros no Pantanal Sul-Mato-Grossense: modo de vida e leitura da paisagem*, de Maria Olívia Ferreira Leite e Sueli Angelo Furlan, da Universidade de São Paulo (USP),

o comprador de gado ainda é denominado de boiadeiro, mas não é o mesmo que viaja em comitivas. As pesquisadoras apontam a existência do boiadeiro comprador-vendedor de gado, que costuma ser o proprietário ou gerente de fazenda e o peão boiadeiro, que viaja nas comitivas. As roupas ajudam no trabalho árduo e cansativo, protegendo da exposição ao sol, chuvas e vegetação.

A regulamentação abrange trabalhadores não montados, ao especificar como características profissionais o trato, o manejo e condução de cabras e ovelhas. Cria-se uma cultura específica em cada região. Sertanejos e peões boiadeiros servem de inspiração a escritores e músicos, além de movimentar cidades com exposições, festas e levar às pessoas um jeito peculiar de se vestir.



A condução do gado com berrantes é uma prática do peão de boiadeiro presente principalmente na região Centro-Oeste



Renan Calheiros (C) recebe representantes dos vaqueiros, que compareceram ao Senado para reivindicar a regulamentação da profissão, numa correção histórica à categoria

Sina

Música de Fagner, Ricardo Bezerra e Patativa do Assaré

G/F	G/E
Eu venho desde menino	
Cm/D#	G
Desde muito pequenino	
G/F	G/E
Cumprindo o belo destino	
Cm/D#	G
Que me deu Nosso Senhor	
C G/B Am7 G/B C	
Não nasci pra ser guerreiro	
G/B Am7 G/B	
C G/B Am7 G/B F#m7/4M	
Nem infeliz estrangeiro	
G	C G/B
Eu num me entrego ao dinheiro	
Am7 F#m7/4M G	
Só ao olhar do meu amor	
G/F	G/E
Carrego nesses meus ombros	
Cm/D#	G
O sinal do Redentor	
G/F	G/E
E tenho nessa parada	
Cm/D#	G
Quanto mais feliz eu sou	
C G/B Am7 G/B C	
Eu nasci pra ser vaqueiro	
G/B Am7 G/B	
C G/B Am7 G/B F#m7/4M	
Sou mais feliz brasileiro	
G	C G/B
Eu num invejo dinheiro	
Am7 F#m7/4M G	
Nem diploma de doutor...	

Saiba mais

Produção da Pecuária Municipal 2010 — IBGE
<http://bit.ly/PPM2010>

Projeto de Lei da Câmara 83/2011
<http://bit.ly/PLC83de2011>

Veja esta e outras edições do *Especial Cidadania* em www12.senado.leg.br/cidadania



Paulo Paim (C) preside audiência na CDH sobre a situação de passageiros e tripulantes em navios nacionais e estrangeiros

Paim pede regulamentação de cruzeiros marítimos

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, foram relatados diversos casos de trabalho em condições degradantes, além do não esclarecimento de mortes de tripulantes brasileiros

DIANTE DE VÁRIOS relatos de abusos e crimes em navios de cruzeiro e para aumentar a segurança de tripulantes, Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a regulamentação das atividades desse segmento turístico. Durante audiência pública que examinou casos de violência e denúncias de trabalho forçado nos navios, ele adiantou que até o fim do dia iria registrar três projetos de lei com medidas no campo penal e trabalhista.

De acordo com o parlamentar, a bordo desses luxuosos navios costumam acontecer “coisas escabrosas”, como furtos, consumo e tráfico de drogas, intoxicação alimentar, homicídios e desaparecimentos, entre outros tipos de crimes. Do ponto de vista salarial, Paim e convidados afirmaram que a rotina dos tripulantes envolve jornadas de trabalho que podem durar até 18 horas diárias, além de precárias condições de alimentação e de assistência médica.

— Não podemos de forma alguma negligenciar a segurança de passageiros e tripulantes, nem permitir que brasileiros continuem a trabalhar nesses navios em condições degradantes — disse Paim.

Autor do requerimento para a realização do debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador também informou que será enviado um pedido de esclarecimentos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre os requisitos para que esses navios, todos pertencentes a armadores estrangeiros, possam operar em águas brasileiras. Outra medida será buscar meios para a elaboração de uma cartilha para orientar os candidatos a atividades temporárias nesses navios e evitar que caiam em “armadilhas”.

Mortes

Paim também anunciou que a comissão acompanhará todas as denúncias levadas ao

Ministério Público a respeito de incidentes com brasileiros, sejam tripulantes ou passageiros, no país ou no exterior. Vídeos e relatos de parentes detalharam episódios como o que resultou na morte de Fabiana Pasquarelli, de 30 anos, que era tripulante do navio MSC Armonia e cumpria jornadas de trabalho extenuantes, tendo ficado doente a bordo. A acusação é de que houve demora na autorização para que ela fosse desembarcada e hospitalizada, em Santos (SP). Cerca de três horas depois, a jovem morreu de infecção generalizada.

Outro caso citado envolve Laís Santiago, que desapareceu em julho de 2012, em águas italianas, enquanto trabalhava no navio Costa Mágica. A armadora alega que foi suicídio, mas a família não aceita a hipótese de que a jovem tenha se jogado ao mar. O caso havia sido arquivado, mas recentemente foi reaberto pela Justiça italiana.

Projeto prevê indenização a passageiro

A companhia aérea que cancelar um voo poderá ser obrigada a indenizar o passageiro em valor igual à tarifa cheia, além do reembolso do valor do bilhete. É o que prevê o substitutivo de Ana Rita (PT-ES, foto) ao PLS 278/2011, de Ângela Portela (PT-RR), e ao PLS 609/2011,



Ana Rita (PT-ES) falando em audiência.

de Cícero Lucena (PSDB-PB). O substitutivo é um dos 11 itens da pauta de votações de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta também estabelece uma antecedência mínima de três meses para

comunicação de desistência de exploração de linha aérea à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), ficando a companhia desistente impedida de explorar o trecho por dois anos.

Para a relatora, as medidas ajudarão a reduzir o cancelamento de voos, situação que frequentemente causa transtornos aos viajantes.

Senador quer que Dilma interceda para libertar bióloga

Paulo Paim (PT-RS) apelou ontem à presidente Dilma Rousseff para que interceda junto ao governo russo e antecipe o retorno da bióloga Ana Paula Maciel, que está presa no país com 29 integrantes do Greenpeace por organizar um protesto em uma plataforma petrolífera no Ártico.

Paim disse que a luta pacífica por um ambiente saudável

não deveria ser condenada, mas aplaudida. Para ele, a ação do governo russo revela uma tentativa de calar uma rebeldia “saudável e necessária”.

— Acabaram presos, estão atrás das grades porque tinham um ideal. Precisamos de mais Anas Paulas, e não de prisões para inocentes — disse.

Para Raupp, governo precisa reformular programa de logística

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o Programa de Investimentos em Logística, lançado em 2012 pelo governo, precisa ser repensado. Para ele, o leilão para a concessão de rodovias teve resultado “decepcionante” por causa da falta de interesse dos investidores.

— A previsão era de que



Valdir Raupp (PMDB-RO) falando em audiência.

7.500 quilômetros de rodovias deveriam ser concedidos. No leilão feito neste mês, só um trecho de pouco mais de 436 quilômetros da BR-050 teve interessados.

Segundo Raupp, se o Brasil triplicar os investimentos em infraestrutura agora, demorará 15 ou 20 anos para alcançar Rússia, China e Índia.

Município atingido por tornado necessita de ajuda, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que falta dinheiro para a reconstrução de Taquarituba (SP), município atingido por um tornado em setembro, com saldo de 2 mortos, 64 feridos e centenas de desalojados. Suplicy ressaltou a importância da ajuda ao município, que tem 23 mil habitantes.



Eduardo Suplicy (PT-SP) falando em audiência.

— A prefeitura apenas não tem condições de arcar com a recuperação.

O senador informou que a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, receberá amanhã o prefeito. Entre as ações já realizadas, está o Programa Emergencial de Reconstrução (PER), do BNDES, para as empresas atingidas.

Figueiró lembra os 36 anos da criação de Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) lembrou no Plenário os 36 anos de criação de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, o desmembramento de Mato Grosso atendeu



Ruben Figueiró (PSDB-MS) falando em audiência.

ocupando posição importante na produção de commodities de alimentos.

— Mato Grosso do Sul seguiu em frente. O estado vive um processo de crescimento em todos os setores,

Figueiró recordou que os planos de criação do estado remontam ao século 19 e disse que participou de “luta política renhida” pelo desmembramento, necessário para acelerar o desenvolvimento do Centro-Oeste.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Educação é a melhor arma contra trabalho infantil, diz ativista indiano

Indicado ao Nobel de Paz em 2006, Satyarthi alertou para o risco de Copa e Olimpíadas criarem condições para prostituição de crianças

O INDIANO KAILASH Satyarthi, criador da Marcha Global contra o Trabalho Infantil e indicado ao Nobel da Paz em 2006, defendeu o investimento em educação como o mais importante meio de prevenir e combater a exploração ilegal de menores.

— As estatísticas mostram que existe uma correlação. No Brasil, existem 3,8 milhões de crianças fora da escola e pouco mais que isso trabalhando. Os números são semelhantes. Trabalho infantil, analfabetismo e pobreza são três vértices de um triângulo e mantêm relações de causa e efeito — disse ele ontem em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O ativista indiano elogiou iniciativas como o Bolsa Escola e o Bolsa Família, classificando-as de “mecanismos positivos” que podem ser copiados por outros países, mas fez um alerta em relação à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016: outras nações que abrigaram grandes eventos antes tiveram problemas com aumento do trabalho infantil.

— Muitos jovens foram recrutados pela prostituição, por hotéis, por restaurantes e pela indústria, atuando na fabricação de materiais esportivos e de outros produtos usados nos eventos. Faço um apelo à



Participam da audiência Kailash Satyarthi (2º à esq.), Cristovam Buarque, Isa Maria de Oliveira e Tiago Manggini

sociedade e aos políticos para ficarem em alerta — afirmou.

A secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria de Oliveira, considera que o Brasil perdeu o foco em relação ao tema. Segundo ela, não falta dinheiro, mas gestão competente e eficiência no gasto dos recursos.

— Há ausência de coordenação política que articule as esferas federal, municipais e estaduais para colocar fim à exploração indevida de crianças e adolescentes. A infância é tempo curto e muitas das crianças que não tiveram direitos assegurados não vão recuperá-los nunca mais.

Ela disse que no Brasil, se uma criança é negra, nasce no campo e é pobre, ela está

fadada a ser excluída da escola e entrar precocemente no trabalho infantil.

Zona rural

O integrante do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Tiago Manggini, mostrou-se preocupado com as crianças nas zonas rurais, que sofrem com o fechamento de escolas no campo. Segundo ele, 27 mil escolas foram fechadas no meio rural brasileiro entre 2002 e 2010. Além disso, ressaltou, a dificuldade de acesso é outro problema enfrentado no campo.

— O estudante às vezes frequenta mais o ônibus que a escola. Ele é um viajante, e não estudante — disse. Manggini defendeu a criação

de mecanismos legais para dificultar o fechamento de escolas, o que necessitaria de ajuda do Congresso Nacional.

— Para abrir uma escola é muito complicado. Para fechar, basta um ato do Poder Executivo. E, na maioria das vezes, do Executivo municipal.

Segundo um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ainda há muito a ser feito para garantir o acesso pleno à educação no Brasil. Indicadores mostram que os grupos mais vulneráveis são os historicamente excluídos, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e populações da zona rural e de baixa renda.

Plano Nacional de Educação será debatido hoje

A Comissão de Educação e Cultura (CE) faz hoje audiência pública para instruir o Plano Nacional da Educação (PNE). A proposta (PLC 103/2012), que exige destinação de pelo menos 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação em dez anos, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 25 e será votada pela CE antes de ir a Plenário.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), garantiu que a comissão votará o PNE em breve. Ele considera inadmissível o Brasil estar sem plano de educação há mais de dois anos.

Apresentado pelo governo, o projeto possui 14 artigos e 20 metas. Com duração prevista de dez anos, prevê erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento escolar. Um dos principais destaques é a Meta 20, que destina 10% do PIB à educação. Inicialmente, o objetivo era chegar a 7%, mas o percentual foi elevado na tramitação na Câmara.

Entre os convidados, estão o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), José Marcelino de Rezende Pinto, e o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.



Cyro garantiu que a votação na comissão acontecerá em breve

As crianças e o ensino

<p>CRIANÇAS FORA DA ESCOLA:</p> <ul style="list-style-type: none"> 4 a 6 anos: 1,6 milhão 6 a 10 anos: 375 mil 11 a 14 anos: 355 mil 15 a 17 anos: 1,5 milhão 	<p>EM 2010, SEGUNDO ESTUDO DO IPEA:</p> <ul style="list-style-type: none"> 16,5% das escolas do campo não têm energia elétrica 14,8% não têm cozinha para merenda 14,1% não têm esgoto 11% não têm banheiro para os alunos 	<p>TRANSPORTE ESCOLAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cerca de 10% dos estudantes que vivem em zonas rurais levam mais de uma hora para chegar à escola todos os dias Por volta de 65% dos alunos matriculados em escolas do campo não são atendidos por transporte escolar público 	<p>FECHAMENTOS DE ESCOLAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entre 2009 e 2010, 3.630 escolas rurais foram fechadas no Brasil De 2002 a 2010, foram 27.700 	<p>QUILOMBOLAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Das 1.696 escolas de educação básica em áreas quilombolas, 92% estão na zona rural e têm os mesmos problemas dos demais estabelecimentos de ensino no campo
--	---	--	--	--

* O relatório completo está disponível na página da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no seguinte endereço eletrônico: <http://bit.ly/CriançasNaEscola>

Para Randolfe, analfabetismo reflete descaso do governo



Há 25 anos, na promulgação da Constituição, o deputado Ulysses Guimarães (1916-1992) afirmou que “a cidadania começa com o alfabeto”, chamando a atenção para a baixa escolaridade da população. Foi o que lembrou ontem Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para quem o analfabetismo reflete o descaso dos governantes.

— Ainda temos 13,2 milhões de brasileiros que não têm reconhecidos seus direitos de cidadãos, metade desses localizados no Nordeste. Não temos tido as políticas, por parte do Estado, para esse número ser reduzido a zero — afirmou.

Na época da promulgação da Constituição, disse Randolfe, o Brasil tinha 30,4 milhões de analfabetos. Para ele, causa vergonha o fato de o Brasil não ter erradicado o analfabetismo após duas décadas e meia.

Renan anuncia vencedores do concurso de redação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anuncia hoje os vencedores do 6º concurso de redação promovido pela Casa. A seleção integra o Projeto Jovem Senador, em que os autores das 27 melhores redações, uma de cada estado, são convidados a viajar para Brasília para participar do processo de discussão e elaboração das leis. Os jovens atuam como senadores e ganham notebook, certificação, medalha e a publicação da redação num livretinho a ser distribuído para todas as escolas públicas estaduais.

As escolas dos três primeiros colocados também serão premiadas, com desktops para uso coletivo e kits com publicações das Edições Técnicas do Senado, documentários produzidos pelo Senado sobre ensino médio e certificado de participação.

A premiação será em 18 de novembro e a legislatura começa com a posse dos jovens senadores e eleição da Mesa. Os trabalhos são encerrados com aprovação dos projetos e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Mozarildo cita importância de ação contra câncer de mama



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o movimento Outubro Rosa é importante para o aumento da conscientização sobre a necessidade da prevenção do câncer de mama.

— Outubro está dedicado às mulheres. Associe-me às diversas manifestações que são feitas no Brasil todo — disse o senador, pedindo às mulheres que, se notarem um nódulo nos seios, deem atenção e procurem fazer uma mamografia.

Ele reconheceu que isso pode significar algum sacrifício, já que em muitos estados o acesso à mamografia é difícil, mas pediu que, mesmo assim, seja feito um esforço e que a paciente se desloque para uma localidade mais próxima onde possa fazer a mamografia.



Magda Chambriard, Luiza Bairos, Inácio Arruda, Edison Lobão, Renan Calheiros, André Vargas, Luiz Alberto e Graça Foster na homenagem aos 60 anos da Petrobras

Evolução da Petrobras contribui para um Brasil mais justo, afirma Renan

Estatual do petróleo completou 60 anos e teve o desempenho econômico e o papel social destacados em sessão solene do Congresso

AO ENCERRAR ONTEM a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 60 anos da Petrobras, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a evolução da empresa contribuiu e contribuirá muito mais para tornar o país “mais justo, igualitário e próspero” nos campos social e econômico. Participaram da sessão que homenageou a estatal o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e a presidente da Petrobras, Graça Foster, entre outras autoridades.

Renan destacou o papel do Congresso na aprovação de leis capazes de assegurar que a riqueza do petróleo do pré-sal seja bem administrada, proporcionando “milhões de empregos, renda, investimento e crescimento das indústrias naval e petroquímica”. Uma dessas leis, como observou o presidente do Senado, substituiu o modelo de concessão pelo sistema de partilha. Outra, acrescentou Renan, destinou 75% dos royalties para a educação e 25% para a saúde.

Um dos autores do requerimento para a sessão solene, Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a história da Petrobras é “uma saga de lutas e vitórias”. A participação da empresa na vida nacional, de acordo com o parlamentar, vai além de um empreendimento econômico, “patrocinando atividades sociais, culturais e esportivas, assistenciais, de preservação do meio ambiente e de afirmação da própria brasilidade.

— A Petrobras apoia e financia museus, exposições, filmes, peças de teatro, companhias de dança, grupos musicais e outras tantas manifestações eruditas e populares. Reverenciamos os visionários que a idealizaram, os abnegados trabalhadores que a construíram e, fundamentalmente, o povo brasileiro, que nunca recuou na defesa da mais importante das nossas empresas públicas — concluiu o senador.

Meta é duplicar a capacidade, diz Collor

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que, com a Lei dos Royalties e a exploração das reservas da camada do pré-sal, a Petrobras ajuda o povo brasileiro a acessar um novo patamar de condições de educação e saúde. Collor disse que a empresa está diante do desafio de dobrar de tamanho nos próximos sete anos.

— Ou seja, a estatal tem como meta passar da produção atual de 2 milhões de barris diários para 4,2 milhões de barris diários em 2020. Isso corresponde a um aumento de 110%, enquanto as estimativas de crescimento da produção mundial, nesse mesmo período, são de apenas 10% — afirmou o senador.

Vanessa ressalta preservação ambiental

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) observou que, mesmo após a quebra do monopólio estatal do petróleo, no governo Fernando Henrique Cardoso, a Petrobras manteve a competitividade no cenário interno e externo e, hoje, é uma das principais empresas do mundo.

A senadora destacou a preocupação da estatal com a preservação do meio ambiente, citando o exemplo do gasoduto construído no Amazonas.

— Além de garantir uma sustentação econômica, sobretudo para o Amazonas, vem desmistificando o fato de que aquela é uma região intocável — acrescentou.



Inauguração de posto da rede Petrobras em Cubatão (SP): 60 anos de presença na história econômica do país

Anibal destaca bons resultados nos últimos dez anos

Anibal Diniz (PT-AC) destacou “resultados expressivos” da Petrobras nos últimos anos. De 2002 a 2012, exemplificou, foi “a única entre as grandes companhias a ter crescimento na produção de óleo e gás natural de 45%”.

Segundo ele, a boa gestão da Petrobras nos últimos anos a levou a um desempenho operacional positivo, medido por fatores como o cumprimento da meta de produção de 1,98 milhão de barris por dia e o recorde de processamento do parque de refino, com 2,1 milhões de barris por dia em agosto de 2012.

Raupp aponta desafios recentes para a empresa

Valdir Raupp (PMDB-RO) citou desafios colocados recentemente para a Petrobras, como a nova geração de biocombustíveis, produzidos por meios mais eficientes e a exploração da camada do pré-sal, “mais exigente do que a convencional”.

Entre as atividades da Petrobras, o parlamentar mencionou a exploração de petróleo e gás natural na Bacia de Urucu, na Floresta Amazônica. Segundo ele, a exploração conta com tecnologia de alto nível, especialmente em relação ao gás natural, que atualmente é enviado para Manaus.

Graça Foster anuncia uma “nova Petrobras”

A presidente da Petrobras, Graça Foster, anunciou a “construção de uma nova Petrobras”, paralelamente à que produz 2 milhões de barris de petróleo por dia. De acordo com ela, será a Petrobras que vai produzir 4,2 milhões de barris por dia, “que ficará pronta daqui a pouco” — o projeto é atingir a marca em 2020.

Durante a sessão solene, o ministro Edison Lobão leu mensagem da presidente Dilma Rousseff em que ela diz que “a história econômica do país pode ser dividida entre antes e depois da Petrobras”.

Anibal confirma a estatal em leilão de petróleo no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) disse ontem que a Petrobras pretende participar do leilão para exploração de campos de gás e petróleo na região do Juruá (AC). Segundo o senador, a informação foi dada pelo diretor de Exploração e Produção da empresa, José Miranda Formigli Filho.

O senador lembrou que a discussão sobre a exploração de petróleo no estado, iniciada há cerca de oito anos, enfrentou muitas críticas. Na visão dos opositores do projeto, tratava-se de um sonho distante de ser possível. Mas, disse o senador, está a “um passo de ser realizado”.

Inácio comemora calendário de obras de refinaria no Ceará

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apoiou o calendário de acompanhamento das obras da Refinaria Premium 2, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em Caucaia (CE). Ele participou de reunião com representantes da Petrobras e dos governos federal e estadual.

Segundo o senador, a refinaria terá recursos de US\$ 11 bilhões, o maior investimento feito no estado, e terá capacidade para processar 300 mil barris de petróleo por dia. A previsão é de que a refinaria entre em funcionamento em 2017.

Gim noticia ônibus articulado até Luziânia, em Goiás

A linha de ônibus articulado (BRT) que ligará Brasília às cidades de Gama e Santa Maria, ambas no Distrito Federal, será estendida até Luziânia (GO), informou ontem Gim (PTB-DF). Segundo ele, o BRT pode levar até 180 pessoas em cada carro, com ar-condicionado.

— De Luziânia para Brasília serão apenas 40 minutos. A extensão vai alcançar as cidades goianas de Novo Gama, Céu Azul, Pedregal e Cidade Ocidental. Gim anunciou também a extensão de outra linha de BRT até Águas Lindas de Goiás (GO).